

Gravidez na adolescência: um estudo propositivo sobre as políticas públicas de combate aos fatores causadores do processo

Pregnancy in adolescence: a propositive study on public policies to combat factors that cause the process

Embarazo adolescente: un estudio proposicional sobre políticas públicas para combatir los factores causales del proceso

Recebido: 23/08/2021 | Revisado: 29/08/2021 | Aceito: 14/09/2021 | Publicado: 15/09/2021

Lorrane Garcia da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6183-5616>

Faculdade Guarafá, Brasil

E-mail: lorranegarciadasilva@gmail.com

Luanna Plan Leite Borges

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4787-6742>

Faculdade Guarafá, Brasil

E-mail: luannaplan1@gmail.com

Glaucya Wanderley Santos Markus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8916-1086>

Faculdade Guarafá, Brasil

E-mail: glaucyamarkus@outlook.com

Adriana Keila Dias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1291-5593>

Faculdade Guarafá, Brasil

E-mail: adrianakeiladias@hotmail.com

Reobbe Aguiar Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2578-2611>

Faculdade Guarafá, Brasil

E-mail: enfreobbe@gmail.com

Giullia Bianca Ferraciolli do Couto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9768-778X>

Faculdade Guarafá, Brasil

E-mail: giulliabianca@hotmail.com

Karla Camila Correia da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1538-7028>

Faculdade Guarafá, Brasil

E-mail: karlacamilac@yahoo.com.br

Camilla Teles Alencar

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5767-9267>

Faculdade Guarafá, Brasil

E-mail: camillatalencar@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender as ações que possibilitam a redução dos autos índices de gravidez na adolescência e descrever as políticas públicas já constituídas de prevenção a esses fatores. O estudo foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem descritiva realizada em plataformas de dados virtuais SCIELO entre outros como também em documentos nacionais presentes no ordenamento jurídico vigente. O resultado apresentado relaciona o entendimento das políticas públicas de prevenção ao processo de gravidez na adolescência, bem como uma análise crítica/reflexiva sobre o cumprimento destas políticas na atenção básica primária.

Palavras-chave: Prevenção; Saúde; Educação; Desenvolvimento.

Abstract

This research has as objective to understand the actions that enable the reduction of self indices of teenage pregnancy and to describe the public policies already constituted to prevent these factors. The study was elaborated by means of a bibliographic and documental research with a descriptive approach carried out in the virtual data platform SCIELO as well as in national documents present in the current legal system. The result presented relates the understanding of public policies for the prevention of the process of pregnancy in adolescence, as well as a critical/reflective analysis of the fulfillment of these policies in primary care.

Keywords: Prevention; Health; Education; Development.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo general comprender las acciones que posibilitan la reducción de los autoíndices del embarazo adolescente y describir las políticas públicas ya constituidas para prevenir estos factores. El estudio se realizó mediante una investigación bibliográfica y documental con enfoque descriptivo realizada en plataformas virtuales de datos SCIELO, entre otras, así como en documentos nacionales presentes en el ordenamiento jurídico actual. El resultado presentado relaciona la comprensión de las políticas públicas para prevenir el proceso del embarazo adolescente, así como un análisis crítico / reflexivo sobre el cumplimiento de estas políticas en la atención primaria.

Palabras clave: Prevención; Salud; Educación; Desarrollo.

1. Introdução

A temática gravidez na adolescência possui relevância nacional e internacional e encontra-se presente nos debates acadêmicos e no campo popular uma vez que envolve diversas camadas da sociedade com predominância nas mais vulneráveis.

A precocidade da gravidez estimula um processo de baixa escolaridade e pobreza, sendo esses fatores apontados pelos trabalhadores da educação, saúde e afins (UNICEF 2017).

O Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA (2017) apresenta dados preocupantes sobre a temática deixando claro que se trata de um problema de saúde pública. De acordo com as informações, das 7,3 milhões de adolescentes grávidas no mundo, quase 2 milhões possuem 14 anos e apresentam diversas consequências no que se refere a educação, emprego, saúde e atendimento do Estado no cumprimento dos direitos. Os índices de morbimortalidade alcançam 70 mil adolescentes por problemas no parto ou na gravidez (UNFPA 2013).

O IBGE confirma que no Brasil 7 em 10 adolescentes grávidas ou que já possuem filhos, são negras e 6 de 10 não estudam e trabalham (IBGE 2015).

Assim, sob o ponto de vista das reflexões sobre a complexidade da temática levando em consideração que esta encontra-se inter-relacionada com o desenvolvimento econômico, educação, saúde, família e a garantia dos direitos presentes no ordenamento jurídico vigente, compreender, refletir e estabelecer ações é fundamental.

Diante do contexto, é oportuno destacar a justificativa para a escolha da presente temática, a oportunidade e o desafio de compreender o conceito de gravidez na adolescência, bem como os fatores que causam o processo e a identificação crítica/reflexiva sobre as políticas públicas já constituídas em âmbito nacional que tratam sobre a gravidez na adolescência.

Conforme mencionado acima, a gravidez na adolescência é um fato preocupante devido as repercussões psicossociais ocasionadas pela gestação precoce, acentuando a pobreza, tornando a vida dessas pessoas economicamente desfavoráveis e assim conduzindo-a à exclusão social. Portanto, uma gravidez em um período de adolescência perpassa a imaturidade da mãe como também do pai que por vezes são muito jovens e acabam tendo responsabilidades que apenas com uma idade maior adquiriram, por esse motivo é importante que procurem ajuda pois, a gestação pode ser de risco ou não.

No que se refere a complicações no parto e mortalidade materna, o risco sempre será maior quando se tratar da gravidez na adolescência. Além disso, a maternidade na adolescência é reconhecida como um grave problema de saúde pública (Vaz, 2016).

Este estudo possui como objetivo identificar e descrever as políticas públicas já constituídas de prevenção aos fatores causadores do processo de gravidez na adolescência partindo do processo de conceituação do termo gravidez na adolescência, os fatores causadores, descrevendo as políticas públicas de combate já existentes como avanços.

2. Material e Métodos

Este estudo é de natureza bibliográfica e documental, observando seus fatores norteadores e seu delineamento. A revisão de literatura, cujas buscas teóricas baseadas em diversas pesquisas que abordam sobre a gravidez na adolescência buscam elucidar a ideia central do texto bem como as descrições do tema.

Gil (2011) observa que a pesquisa bibliográfica permite ao investigador maior abrangência de fenômenos em relação aos quais delineiam o objeto proposto para investigação, obtendo-se uma análise ampla com diversas visões sobre o mesmo assunto. Nas considerações finais, comentam-se os resultados da pesquisa bibliográfica de caráter descritivo e os dados oriundos de pesquisa documental, sinalizando ainda outras possíveis pesquisas capazes de fomentar as discussões em relação ao objeto.

3. Resultados e Discussão

Ao realizar a definição do conceito de adolescência é necessário apresentar uma visão fundamentada em documentos e autores que situem o tema de forma objetiva e clara, para tanto o processo de gravidez na adolescência apresenta-se logo após a sua conceituação buscando elucidar a relação dos dois pontos fundamentais. Inicialmente é preciso destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente como documento nacional norteador que assegura direitos a este grupo social por meio dos dispositivos jurídicos vigentes. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade (ECA - Lei Nº 8.069).

A adolescência inclui aspectos biológicos, sociais e psicológicos e delimita o período da vida entre os 10 e 19 anos, além de ser um processo de evolução natural do indivíduo em todos os seus aspectos (OMS 2017). Após apresentar a conceituação básica de adolescente é preciso destacar reflexões sobre o processo de gravidez na adolescência, todos os envolvidos e as modificações deste acontecimento. No que se refere ao desenvolvimento dos aspectos emocionais, as alterações envolvem o desenvolvimento da autoestima e da autocrítica, assim como indagações de valores dos seus pais e dos adultos de forma geral (Souza, et al., 2012).

Realizar uma reflexão positiva a respeito da gravidez na adolescência é um dos debates necessários uma vez que a sociedade vive uma imaturidade generalizada e encontra dificuldade de estabelecer um projeto de vida levando em consideração todo o contexto social e familiar que possui.

Um relevante parcela dos jovens encontra-se em contexto de sexualidade expressiva na adolescência e não possuem orientação familiar e escolar sobre a temática, uma vez que a sociedade é, ainda, conservadora fechando os olhos para tais orientações.

Isso talvez demonstre que os responsáveis deixam de conversar sobre sexualidade com seus filhos, não por acharem desnecessário, mas sim por não saberem como abordar o tema de maneira natural e qual o momento em que se deve iniciar o assunto. Muitos acham que é necessário esperar o filho (a) vir com questionamentos primeiro para que o assunto seja abordado (Maia, 2016, p. 74).

Os autores acima deixam em evidência que um dos fatores que mais contribuem para a gravidez na adolescência é a tendência da liberação do comportamento sexual e da falta de orientação que deveria vir da família como também da escola. Também esclarece que um dos problemas mais sérios é não enxergar o seu próprio corpo como fonte reprodutora, devido a uma educação precária advinda do núcleo familiar, escolar e social.

É imprescindível que a família e a escola trabalhem em conjunto para informar aos jovens sobre o a relevância da sexualidade. A educação possui papel fundamental no que concerne a gravidez na adolescência uma vez que boa parte dos

estudantes passam pela escola e a mesma possui como um de seus fundamentos educacionais a orientação para uma vida plena, organizada e que leve em consideração a construção do projeto de vida do estudante.

Em 2015, de acordo com o Ministério da Saúde, foram realizados 800.000 (oitocentos mil) partos. E de cada cinco, uma jovem possuía menos de 19 anos. A gravidez precoce não é um privilégio exclusivo das meninas. Não podemos esquecer que os rapazes, mesmo que não possuam condições biológicas para engravidar, ter um filho não é conceber sozinho. Mesmo que seja da adolescente a difícil missão de carregar o ser no ventre, de enfrentar as dificuldades e de ter as dores do parto, além de amamenta-lo, ao rapaz fica também uma parcela de responsabilidade (Brasil, 2015).

Dados apontam que o índice de gestação na adolescência no Brasil é alto para a América Latina, com 400 mil casos/ano (Bouzas, 2014). No ano de 2015 na região norte 81,4 mil (14%) partos foram de mães adolescentes (Brasil, 2018). Essa geração propiciou o surgimento de valores morais e éticos que encontram-se em franco desgaste. O excesso de liberdade e informações recebidas pelos jovens leva a banalização de assuntos, tais como o sexo. E esta liberação de sexualidade segue acompanhada por uma falta de limite e ausência de responsabilidade que acaba favorecendo a incidência de gravidez nesse período da adolescência.

Escolas e sistemas educacionais se preocupam em ofertar matérias que caem no vestibular, tais como: química, física, português, biologia, matemática, etc., mas não discutem questões de aspectos sociais. Assim, temas como gravidez, sexualidade, drogas, etc., ficam quase sempre restritos aos projetos, as semanas temáticas, feiras de ciências, e outras ações específicas. E os governos, também se limitam a fazer campanha eventuais. Mesmo assim, de modo geral, estas campanhas não procuram a conscientização, mas se caracterizam em divulgar métodos de contracepção somente.

A família que além de se afastarem, encontram entraves em dialogar com essas questões fundamentais, até porque tiveram uma formação extremamente moralista que os impede de liberar o assunto. Sendo assim, diante a essa realidade o número de pais adolescentes cresce diariamente.

A adolescência além de ser uma fase complexa, está abundante em hormônios que nessa época afloram causando todo tipo de mudança nos adolescentes, como por exemplo, assuntos que permeiam e preocupam as mentes dos adolescentes: vestibular, escola, profissão, etc. A gravidez, que não deixa a desejar, apresenta uma etapa bastante complexa na vida. O nascimento de um filho precisa do desejo tanto da mãe quanto do pai. Hoje em dia com a instabilidade econômica e o aumento da violência, é necessário, um amplo planejamento. E não acontecendo isso, a iminência de problemas é muito grande (Resta, et al., 2010).

No início da gravidez podem acontecer os primeiros problemas que vão desde o imprevisto de aborto espontâneo – ocasionado por ausência de acompanhamento pré-natal ou por falta de informações – até mesmo riscos de vida – advindos de atitudes irresponsáveis e desesperados, como por exemplo, a ingestão de medicamentos que causam o aborto. Este por sua vez, além de ser crime em nosso país, é uma das causas principais de morte de gestantes.

E por ser uma prática não legalizada, não há atendimentos especializados o que obrigam com que as mulheres, que optam por esse mecanismo, se submetam a serviços insuficientes, matadouros de seres humanos, podendo assim colocar sua vida em risco.

A rejeição é bastante comum, pais que abandonam sua prole nestes momentos ainda mais difíceis, que deveriam dar toda assistência e atenção. Precisam pensar que o castigo ou punição pelo "deslize" do filho ou filha, não deverá ser aplicado neste momento, pelo menos não desta forma. De outra maneira, muitas vezes a solução encontrada pelos pais é o casamento destes adolescentes. Mesmo que hoje existem poucos casamentos forçados, principalmente em cidades interioranas, estes têm o objetivo de reparar o "mal" que tenha sido cometido, sendo casamentos feitos em improviso, combinado entre as famílias e que ainda se recorre diariamente. Nessa situação geralmente, os adolescentes são meros espectadores e, normalmente, não se

opõe a tomada de decisão dos pais. É comum acontecer, não somente pela inexperiência destes novos “pais”, mas pela culpa que carregam ou mesmo pela pura ausência de condições para apresentarem soluções para resolverem a situação.

Conhecer a realidade vivenciada e a percepção dos adolescentes sobre sua sexualidade deve ser o primeiro passo na elaboração de uma programação de ações educativas, problematizadoras e voltadas para o autocuidado corroborando uma proposta emancipatória, criativa e humanizada, correspondente à educação progressista, que rompe com a formação voltada para o modelo de assistência biomédico e autoritário (Maciel, et al., 2014, p. 67).

Mas depois do casamento, os conflitos que surgem desta situação, acabam agravando uma situação que já era em si delicada, onde muitas vezes pode resultar em separação ocasionando uma situação estressante para os pais, a família que o “juntou” e também, principalmente para o bebê. Assim fica claro a contextualização do conceito de adolescência pelos documentos presentes no ordenamento jurídico vigente, como também embasada por teóricos e instituições públicas nacionais e internacionais observando os processos de desenvolvimento e análise dos jovens que estão inseridos nestas situações.

São diversos os fatores que influenciam uma gestação na adolescência, entretanto a falta de informação sobre sexualidade, aos direitos sexuais e reprodutivos são os principais. Situações psicossociais, emocionais, econômicas, o não acesso a proteção social garantida pelo Estado e o uso incorreto de contraceptivos também se encontram inseridos na lista (Eisenstein, Rossi, Marcondelli & Williams, 2009).

A família e a escola ocupam papel fundamental na orientação dos jovens, assim, chega-se à reflexão de que os pais possuem um papel na prevenção da gravidez na adolescência, pois desde cedo devem conversar com a criança, respondendo as suas perguntas e curiosidades sem violência e sem críticas, isso forma um canal de comunicação aberto entre pais e filhos, isso no futuro facilitará as conversas com os adolescentes fazendo com que os jovens se sintam mais seguros; quanto mais o adolescente se cuidar e gostar de si mesmo, menor será o risco de uma gravidez precoce. Se os pais não tiverem esse canal de conversa com os seus filhos ou os repreender quando tiverem alguma dúvida, eles vão procurar outra pessoa que os oriente e essa orientação pode vir de forma errada ou incompleta o que pode ser fatal nesses casos.

Através do diálogo e do reconhecimento amigável com seus filhos, a família possui o dever de orientar os adolescentes sobre a seriedade de iniciar o relacionamento sexual somente quando estiverem mais preparados para adotar uma relação mais responsável. A escola possui um papel fundamentado na orientação, acompanhamento e desenvolvimento do projeto de vida do estudante, assim Santos et al., (2016), ressaltam que é necessário realizar investimento na formação dos docentes para que possam desempenhar suas funções de forma adequada, pois é por meio do acompanhamento escolar realizado em sala que situações podem ser superadas. Zerbinati e Bruns (2017), ressaltam que a qualificação docente voltada para a sexualidade possui caráter orientador e fundamentado nas práticas adequadas que vinculem o estudante a um estado de superação pessoal, profissional e social, acionando mecanismos internos de construção do próprio projeto de vida e superação de seus limites.

O processo de gravidez na adolescência não acontece de forma isolada, este encontra-se associado a diversos fatores que estão inter-relacionados a situações distintas. Nesse sentido, após a definição conceitual e teórica dos termos situados no item anterior, é preciso compreender as causas do problema central: gravidez na adolescência. A gravidez na adolescência é objeto de estudo, e de políticas públicas no Brasil devido a sua alta taxa de ocorrências. Dados do relatório publicado em 2018 pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a taxa mundial de gravidez adolescente é estimada em 46 nascimentos para cada mil adolescentes e jovens mulheres entre 15 e 19 anos. De acordo com o Relatório Situação da População Mundial 2020, divulgado pelo Fundo de População da ONU, 33 mil meninas com menos de 18 anos são forçadas a se casar, geralmente com homens mais velhos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) alerta que a gestação na adolescência é uma condição que eleva a prevalência de complicações maternas, fetais e neonatais, além de agravar problemas socioeconômicos existentes. Como em outras condições de saúde, o prognóstico da gravidez na adolescência depende da interação de fatores biológicos, sociais, psicológicos, culturais e econômicos (OMS 2017).

Conforme Poersch et al., (2015) é comum que os jovens interliguem o sexo apenas com a prática do ato, entretanto o processo sexual constitui-se como um fator biológico associado a fatores comportamentais, cognitivos e de caráter moral e ético. Assim, é nas classes econômicas mais desfavorecidas que existe maior parcela de abandono e promiscuidade fruto por vezes de um acompanhamento educacional por parte do Estado, ocasionadas pela desinformação, menor acesso a contracepção, é onde ocorre maior incidência da gestação na adolescência (Trajano & Bastos 2009).

O excesso de liberdade e informações recebidas por adolescentes acabam levando-os a banalização de assuntos sérios como, por exemplo, o sexo. A liberação sexual, sem nenhum tipo de responsabilidade e limite é uma das causas que ocasionam a gravidez na adolescência. A sociedade passa por constantes mudanças na sua estrutura, até mesmo acolhendo melhor a sexualidade na adolescência, sexo antes do casamento e até mesmo a gravidez na adolescência (Monteiro, Trajano & Bastos, 2009).

Desse modo tabus, inibições e estigmas estão se reduzindo, por outro lado, a atividade sexual e a gravidez estão aumentando, dependendo do âmbito social em que a adolescente está inserida, a gravidez pode ser enfrentada como acontecimento normal, sem problemas, aceita por suas normas e costumes. É preciso situar que o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90 preceitua a atenção integral a esta mãe, de forma que o Estado possa apresentar caminhos, realizar acompanhamento por meio de atenção básica e orientações necessárias para que tudo ocorra de forma satisfatória. Além disso, o papel familiar e da comunidade onde está encontrada, também tornarão o processo mais aconchegante e socialmente desenvolvido.

A gravidez ou risco de engravidar também podem estar relacionados com a menor autoestima, ao funcionamento intrafamiliar impróprio ou até mesmo a falta de uma atividade de qualidade no seu tempo livre.

As orientações educacionais precisam vir de vários espaços principalmente da educação, muitos profissionais da área da educação acham que não é dever da escola esse trabalho de prevenção, mas muitos namoros de adolescentes iniciam na escola, por isso, é importante que a conscientização da proteção sexual na juventude precisa caminhar lado a lado com a aprendizagem na escola (Castro & Katz, 2015).

Sendo assim, é importante refletir sobre este tema com os jovens, e não existe lugar melhor para isso do que na escola. Durante a idade escolar é comum surgirem dúvidas ‘Como vejo meu futuro? O que eu quero ser em alguns anos?’. Estimular as respostas a estes questionamentos é uma forma de guiar os adolescentes a constituírem um planejamento futuro evitando doenças sexualmente transmissíveis ou uma gravidez indesejada.

É preciso considerar também os fatores psicossociais como a falta do apoio familiar, desorientação no decorrer da trajetória de vida, situação socioeconômica e um não estímulo pelo meio em que se está inserido, ou fatores ambientais como o não acesso aos cuidados mínimos de saúde, ambiente interno e externo como peso, na prematuridade e outros achados neonatais, além das complicações maternas obstétricas do parto e pós-parto (Vieira, et al., 2007).

Aceitar que as maiorias dos adolescentes fazem sexo é o primeiro passo. Este é um fato inegável. Segundo o Censo escolar (2008), no Brasil 44,7% dos Estudantes têm vida sexual ativa. Uma pesquisa do Ministério da Saúde sobre o comportamento sexual no Brasil que foi feito com 8 mil pessoas em 2009 demonstrou que 35,4% dos brasileiros iniciaram a vida sexual antes dos 15 anos de idade. O mesmo estudo traz o outro dado alarmante: 39,1% da população entre 15 e 24 anos não utilizaram preservativo em sua primeira relação sexual. Assim, fica evidente a necessidade do debate sobre gravidez na

adolescência como um problema de saúde pública que afeta milhares de jovens anualmente no Brasil e no mundo, observando os fatores causadores e estabelecendo ações necessárias para que seja amenizado.

Estado e políticas públicas de prevenção a gravidez na adolescência

Conforme situado nos capítulos anteriores, a gravidez na adolescência é conceituada como um problema de saúde pública a nível nacional e internacional, diversas organizações apresentam dados preocupantes a respeito do tema e constituindo políticas públicas de prevenção e combate aos fatores causadores. Assim, descrever sobre o Estado e as políticas públicas já constituídas para o combate a nível nacional e internacional é ponto relevante do processo de compreensão da dimensão do problema.

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 2008 afirma em seu Art.º 4:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Como situado acima o Estado, como poder público deve assegurar, com prioridade os direitos dos adolescentes de forma que este possa estabelecer a própria trajetória de forma plena e goze de todas as prerrogativas que lhe são instituídas. De todo o modo, quando esses direitos não são cumpridos pelo Estado, o indivíduo, dotado de poderes pode requer- lós de outra forma, sendo que assim o Estado esteja reconhecendo que a gravidez na adolescência é um problema de saúde pública pois este constitui mecanismos de combate a prática.

Ao engravidar a mulher como todo o seu entorno pode passar por problemas psicossociais como dificuldades econômicas, interrompimento da escolarização prejudicando assim o seu projeto de vida, o pai pode entrar em situação de vulnerabilidade social dependendo do contexto. O abandono escolar compromete não apenas a continuidade da educação formal, como resulta em menor qualificação e obstáculos no seu projeto de vida (Coates, Sant'Anna, 2009).

O processo de gravidez na adolescência é um problema de saúde pública que deve ser entendido de forma abrangente, um diagnóstico precoce por meio de um trabalho clínico adequado, a condução da gestação, o estímulo a amamentação e o controle nutricional devem ser realizados por profissionais qualificados que forneçam o bem-estar físico, psicológico e social a mãe dos parceiros, filho e familiares (Nascimento, Xavier & Sá, 2011).

No Brasil institui-se pela Lei nº 13.798/2.019 a Semana Nacional de Prevenção a Gravidez na Adolescência, possuindo como objetivo fornecer informações relevantes sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da mesma.

Este fator preventivo, a nível nacional é fundamental para dar apoio as unidades escolares no trabalho de prevenção, uma vez que essa é a prática com maior alcance e relevância para o processo preventivo. O processo educativo pautado no conhecimento dos direitos sexuais, no conhecimento do próprio corpo e a saúde reprodutiva contribuem consideravelmente por meio de campanhas para a diminuição de incidências. Este processo educativo precisa ser aberto as famílias, a comunidade e ao entorno dos adolescentes e não deve permanecer limitado apenas aos processos biológicos, mas estendido as relações interpessoais, a uma relação de respeito entre os jovens e relações sexuais seguras com responsabilidade e proteção (ONU, 2014).

Um processo educativo que leva em consideração a relação sexual dos jovens, acentua uma conscientização equivalente para a vida social, o bem estar do jovem e sua autoestima elevada, promovendo assim saúde pública de qualidade e prevenindo eventos que possam prejudicar o andamento do processo de vida, como a gravidez na adolescência e a prevenção de contaminação dos jovens por doenças sexualmente transmissíveis, além dos aspectos de igualdade de gênero, respeito pelo

outro e seu mundo (ONU, 2014). Organizações internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) apresentam manuais orientativos com metodologias operacionais que especificam diretrizes que atuam no processo de educação como:

- Fundamentação nos princípios e valores dos direitos humanos e sexuais, sem distinção étnica e de gênero, nem religiosa, econômica ou social, em mensagens de comunicação;
- Informações exatas e cuidadosas cientificamente comprovadas sobre saúde sexual e infecções que podem ser sexualmente transmitidas, contracepção, questões de gênero e enfrentamento da violência;
- Ambiente de aprendizagem seguro e saudável nas escolas;
- Metodologias participativas com ênfase na comunicação e desenvolvimento do pensamento crítico, construtivo e saudável nas tomadas de decisão, inclusive sobre comportamentos e sexualidade;
- Promoção da educação sexual como parte dos programas sobre direitos à saúde e a proteção social às crianças e adolescentes/jovens, inclusive na questão da gravidez precoce.

Como situado acima, políticas públicas de prevenção e combate a gravidez na adolescência são fundamentais para que este grave problema de saúde pública seja combatido de forma objetiva garantindo os direitos integrais dos adolescentes em seus aspectos econômicos, sociais e individuais.

Vale lembrar que a articulação entre órgãos e instituições, públicas e privadas, embasando-se em situações epidemiológicas, indicadores e demandas sociais, respeitando os princípios do Sistema Único de Saúde, SUS.

4. Considerações Finais

Em virtude de todo o exposto, é fundamental a reflexão sobre o processo de gravidez na adolescência como um problema de saúde pública que necessita de acompanhamento do Estado, bem como a disponibilização de recursos suficientes a estados e municípios promovendo assim o combate ao processo de gravidez precoce. De todo modo é necessário destacar que a educação ocupa espaço fundamental no que se refere as políticas públicas de prevenção a gravidez na adolescência sendo que é por meio dela que milhares de estudantes podem constituir uma saúde sexual saudável e que esteja associada ao seu projeto de vida. Ressalta-se o fundamental debate nos processos sociais para evidenciar a gravidez na adolescência como um processo que ocorre devido a diversas influencias internas e externas que o humano precisa compreender e trabalhar a prevenção.

Destaca-se também o papel da escola no que se refere a prevenção, como também da família em seus aspectos de cuidado pleno como ressalta a Constituição Federal de 1988 efetivando práticas de planejamento familiar, financeiro e de metas para o próprio projeto de vida. Garantir o desenvolvimento integral na adolescência e juventude é uma responsabilidade coletiva, que precisa articular família, escola e sociedade, e articulando com políticas públicas de atenção integral à saúde em todos os níveis de complexidade.

A saúde do adolescente encontra-se inteiramente relacionada ao seu protagonismo juvenil, ao seu bem estar e a sua autoestima, sendo que é responsabilidade do Estado garantir instrumentos que promovam esses aspectos humanos.

Portanto, é possível afirmar que este trabalho, considerando seus limites, possibilitou refletir sobre as perspectivas das políticas públicas de prevenção e combate a gravidez na adolescência, além da configuração necessária para a possibilidade de apresentação de alternativas para a prevenção da gravidez precoce.

Referências

Bouzas, I. C. S., Cader, A. S., & Leão, L. (2014). Gravidez na adolescência: uma revisão sistemática do impacto da idade materna nas complicações clínicas, obstétricas e neonatais na primeira fase da adolescência. *Adolesc Saude*. 11(3):7-21.

Brasil. Ministério da Saúde. (1990). *Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul.

- Coates, V., & Sant'Anna, M. J. C. (2009). Impacto da atenção integral à mãe adolescente como fator de proteção à reincidência. In, Monteiro, D. L. M., Trajano, A. J. B., Bastos, A. C: Gravidez e Adolescência. 2009, *Revinter Ed*, 59-63.
- ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). *Lei Federal no 8069*. Brasília: Senado Federal, 1990. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- Eisenstein, E., Rossi, C. R. V., Marcondelli, J., & Williams, L. (2009). Binômio mãe-filho, prevenção e educação em saúde. In, Monteiro, DLM, Trajano, AJB, Bastos, AC: Gravidez e Adolescência. 2009, *Revinter Ed*, 39-49.
- Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA). *Relatório da ONU diz que 7,3 milhões são mãe antes dos 18 anos*. ONU News. <https://news.un.org/pt/story/2013/10/1455021-relatorio-da-onu-diz-que-73-milhoes-sao-mae-antes-dos-18-anos>.
- Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA). Relatório Situação da População Mundial 2020 - *Contra minha vontade*: desafiando as práticas que prejudicam mulheres e meninas e, impedem a igualdade. https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/situacao_da_populacao_mundial_2020-unfpa.pdf.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2015). Perfil socioeconômico da maternidade nos extremos do período reprodutivo. Rio de Janeiro, 2015.
- Instituto da Infância/IFAN, Rede Nacional da Primeira infância/RNPI: *Primeira Infância e Gravidez na Adolescência* (2013), IFAN.
- Maciel, J. A. C., et al (2014) Sexualidade na adolescência: dialogando e construindo saberes através do pet saúde/redes de atenção no município de Sobral – Ceará. *Sanare-Revista de Políticas Públicas*. 13(1), 64-68.
- Maia, T. Q., et al., (2017). *Educação para sexualidade de adolescentes*: experiência de graduandas. *Nexus- Revista de Extensão do IFAM*. 2(2), 71- 78.
- Mphatswe, W., et al. (2016). Prevalence of repeat pregnancies and associated factors among teenagers in KwaZulu-Natal, South Africa. *International Journal of Gynecology & Obstetrics*. 133 (2), 152-155.
- Nações Unidas: Operational Guidance for Comprehensive Sexuality Education. *United Nations Population Fund* (2014).
- Nascimento, M. G., Xavier, P. F., & Sá. (2011) Adolescentes grávidas: a vivência no âmbito familiar e social. *Adolesc Saude*. 8 (4):41-47.
- Pan American Health Organization (OPAS). (2016). United Nations Population Fund, United Nations Children's Fund. Accelerating progress toward the reduction of adolescent pregnancy in Latin America and the Caribbean. *Report of a technical consultation*. USA, August 29-30, 2016.
- Poersch, K. M., et al. (2015) Reflexões sobre o trabalho com sexualidade no Ensino Fundamental: desafios e possibilidades. *Revista Ensino, Saúde e Ambiente*. 8 (2), 37- 49.
- Resta, D. G., et al., (2010) Maternidade na adolescência: significado e implicações. *Revista Mineira de Enfermagem*, 14 (1), 68-74.
- Souza, T. et al. (2012). Gravidez na adolescência: percepções, comportamentos e experiências de familiares. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*. 13 (4).
- Unicef (2017). *Estudio sobre maternidad adolescente con énfasis en menores de 15 años*. Informe final estudio realizado por UNICEF. Argentina.
- Vaz, R. F., et al., (2016). Trends of teenage pregnancy in Brazil, 2000-2011. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 62(4), 330-335.
- Vieira, L. M., et al., (2007) Abortamento na adolescência: um estudo epidemiológico. *Cien Saúde Col*: 12,1201- 1208.
- Zerbinati, J. P., & Bruns, M. A. T. (2017). Sexualidade e educação: revisão sistemática da literatura científica nacional. *Revista Travessias*, 11(1), 76-92.